

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)
CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE (CONASEMS)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

RELAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E A SAÚDE PÚBLICA

PROGRAMA SAÚDE COM AGENTE
MATERIAL COMPLEMENTAR – DISCIPLINA 22



Qual a relação do Meio Ambiente e a Saúde Pública?

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Saúde Ambiental abrange todos os aspectos da saúde humana, incluindo a qualidade de vida, que são determinados por fatores físicos, químicos, biológicos, sociais, psicológicos e ambientais. Por esse motivo, no Brasil existe uma interface direta da Saúde Pública com a Política Ambiental para identificar os fatores de risco que, potencialmente, podem prejudicar a saúde da população, além de intervir para melhorar as condições de vida do ser humano.



A saúde ambiental é tema constante de debate no mundo todo.

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu uma agenda estratégica com a definição de **17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e respectivas metas até 2030**. Dentre os objetivos, pelo menos 4 eixos têm relação com a saúde ambiental, demonstrando a prioridade voltada para o meio ambiente e a promoção da prosperidade e do bem-estar para todos.

As questões relacionadas à saúde ambiental, ao meio ambiente e ao saneamento no âmbito do Sistema Único de Saúde estão presentes sob o comando prioritário da Vigilância em Saúde e da Atenção Primária em Saúde (APS) em todas as instâncias de gestão (Município, Estado e Governo Federal).



Pesquise sobre este assunto em seu e-book.

A Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) tem a missão de promover a saúde pública e a inclusão social por meio das ações de saneamento e saúde ambiental.

A principal estratégia da vigilância é compreender que o ambiente onde as pessoas vivem sofre influência dos fatores ambientais. Sendo assim, os profissionais de saúde que atuam no território precisam traçar estratégias de controle e prevenção de agravos à saúde pública.



Pesquise sobre este assunto em seu e-book.

Saiba mais sobre o trabalho da FUNASA assistindo ao vídeo “Funasa – Atuação”.

Dentre as **ações da vigilância em saúde no âmbito do SUS**, destacam-se:

1 - A Vigilância Ambiental: determinada pelo conjunto de ações e serviços que propiciam o conhecimento e a detecção de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana. Tem a finalidade de recomendar e adotar medidas de promoção à saúde, prevenção e monitoramento dos fatores de riscos relacionados às doenças ou agravos.

2 - A Estratégia de Saúde Família: é o cenário ideal para execução das ações de saúde ambiental e de saneamento, a partir do trabalho dos (as) Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos (as) Agentes de Combate às Endemias (ACE). Tais profissionais atuam no território vivo, que é onde podem ser encontrados elementos que colocam a população em situação de vulnerabilidade. Um exemplo disso é a ação de ACS e ACE no estímulo à coleta seletiva e destinação adequada dos resíduos. Outras ações incluem a visita conjunta em pontos estratégicos, como escolas, para monitorar a qualidade da água para consumo humano e para conversar sobre relatos de doenças.

3 - O **Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Vigiagua)**: através do qual são desenvolvidas ações relacionadas à qualidade da água para consumo humano. O objetivo é garantir que a água atenda ao padrão e às normas estabelecidas na legislação vigente, proporcionando proteção contra as doenças, sobretudo aquelas evitáveis, relacionadas a fatores ambientais. As atividades da vigilância ambiental devem ser rotineiras e preventivas nos sistemas de abastecimento de água, com intuito de garantir a redução das enfermidades transmitidas pelo consumo de água.

4 - O **Programa Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Contaminantes Atmosféricos (Vigiar)**: objetiva desenvolver ações de vigilância para populações expostas a poluentes atmosféricos, recomenda e institui medidas de prevenção, de promoção da saúde e de atenção integral, conforme preconizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Atua, prioritariamente, na identificação de regiões onde existem atividades de natureza econômica ou social que geram poluição atmosférica e que, portanto, caracterizam um fator de risco para as populações expostas.

Na prática, ao executar ações relacionadas à vigilância ambiental que contribuam com a preservação do meio ambiente e com a saúde da população, é interessante que ACS e ACE compartilhem com os colegas de profissão:

1. Pontos estratégicos referentes à qualidade da água para consumo humano e contaminantes ambientais que interferem na saúde humana.
2. Ações de articulação com lideranças da comunidade para prevenção de doenças, controle vetorial, coleta de resíduos, contaminantes ambientais, etc.
3. As principais áreas de risco ambiental do território através dos pontos estratégicos: borracharia, ferro-velho, cemitério, ponto de alagamento, indústrias, aterro sanitário, entre outros.
4. Campanhas de vacinação antirrábica de cães e gatos para o controle da raiva humana.

Sobre as principais orientações que devem ser fornecidas à população, estão:

1- A importância da guarda responsável de animais domésticos como medida de prevenção de doenças relacionadas a hospedeiros.

2- A necessidade do controle de natalidade de cães e gatos por meio de esterilização cirúrgica (castração).

Se liga! Mais informações sobre as ações de Vigilância Ambiental são abordadas na disciplina “Fundamentos das Vigilâncias Epidemiológica, Sanitária, Saúde do Trabalhador e Ambiental”.

Camila e Júlio, Agentes de Combate às Endemias, participaram de uma oficina em Brasília (DF) e realizaram uma pesquisa sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Nessa atividade identificaram ações referentes à saúde ambiental, ao meio ambiente e ao saneamento básico frente aos fatores de risco existentes em Manaus (AM) e Belo Horizonte (MG). Se liga!

ODS - Objetivo 06 - Água potável e saneamento: Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos (as).

- Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos (as), e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade;

- Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, diminuindo pela metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.

Identificação de fatores de risco

1. Mapear locais do território com esgoto inadequado (despejo em valas, rios, lagos ou mar, ou ausência de instalações sanitárias, como banheiro);
2. Mapear pontos estratégicos: borracharia, ferro-velho, cemitério, ponto de alagamento, indústrias, aterro sanitário, entre outros. Esses são locais que têm potencial de risco para proliferação de doenças;
3. Identificar pontos críticos em sistemas de abastecimento de água: locais de grande circulação ou em instituições que abriguem populações vulneráveis (hospitais, clínicas de hemodiálise, creches, escolas, entre outras);
4. Identificar locais sem acesso ao sistema de abastecimento de água e que utilizam depósitos para armazenamento de água.

Ações

1. Alertar à equipe da Unidade Básica de saúde (UBS) sobre áreas com maior vulnerabilidade de doenças de transmissão feco-oral.
2. Monitorar, semanalmente ou quinzenalmente, os pontos estratégicos citados acima sobre os aspectos da vigilância de vetores.
3. Elaborar plano de monitoramento da vigilância da qualidade da água nos pontos críticos em sistemas de abastecimento de água.

4. Identificar locais sem acesso ao sistema de abastecimento de água e promover articulação com lideranças da comunidade sobre prevenção de doenças relacionadas à veiculação hídrica.

Objetivo 12 - Consumo e produção responsáveis: Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis

Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

Identificação de fatores de risco

- Mapear locais sem acesso ao serviço de coleta de resíduos (lixo) domésticos;
- Identificar locais com grande produção de resíduos;
- Identificar locais públicos onde a população deposita lixo doméstico;
- Mapear locais com maior presença de roedores e vetores em decorrência do acúmulo indevido de resíduos.

Ações

1. Orientar a população quanto ao acondicionamento e destino final do lixo e outros resíduos;
2. Articular junto às instituições de limpeza pública ações de educação sobre coleta seletiva;
3. Estimular a comunidade a incorporar novos comportamentos com relação aos resíduos produzidos, informando acerca dos riscos ambientais e das diversas alternativas de controle;
4. Articular junto às lideranças da comunidade a mobilização social de eventos que discutam o desperdício de alimentos com o propósito de oficinas de reaproveitamento.



Pesquise sobre este assunto em seu e-book.

Saiba mais como as Nações Unidas apoiam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.

Vamos à prática sobre pontos do meio ambiente que interferem na saúde humana!

Certamente você já ouviu falar ou leu informações sobre desastres naturais. Nosso convite, nesta leitura da matéria, é para que você conheça o maior desastre natural em número de óbitos do século XXI no Estado de Pernambuco. Fique atento aos fatores que ACEs conseguem identificar e as ações que podem ser desenvolvidas em articulação com as demais áreas da saúde.



Quais fatores ambientais e sociais favoreceram o desastre natural?

1. Política habitacional que permite moradia em lugares de elevado risco de desabamento e conseqüente risco iminente de vida;
2. Problemas nos sistemas de drenagem que ocasionam as inundações nas cidades;
3. Sistemas ineficientes de coleta de resíduos que ocasionam o entupimento dos bueiros e, conseqüentemente, retenção da água e elevação do nível dos rios.

Quais ações o (a) ACE pode desenvolver para o enfrentamento das situações de enchentes?

1. Participar do gabinete de crise junto com as equipes das secretarias de Defesa Civil, Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária, Transporte, etc.
2. Realizar diagnóstico situacional para identificar a origem do desastre;
3. Mapeamento das áreas e populações expostas e os impactos humanos, danos materiais e principais setores afetados (incluindo o setor saúde, que pode ter seus serviços comprometidos).
4. Perguntas que podem auxiliar para as estratégias de enfrentamento:
 - Ocorreu poluição ou contaminação da água?
 - Qual o abastecimento de água potável?
 - Quais as condições de esgoto de águas pluviais e sistema de esgotos sanitários?

O Guia de Preparação e Resposta do Setor Saúde aos Desastres (Freitas, 2018), apresenta ações de saúde que podem ser desenvolvidas antes, durante e após uma situação de desastre. É fundamental ressaltar que todas as ações listadas só serão factíveis caso haja uma gestão organizada e ativa:

ÁREA	SERVIÇO DE SAÚDE	ANTES DO EVENTO	DURANTE O EVENTO	FASE PÓS-EVENTO
Atenção à saúde	Atenção Básica (AB)*	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar grupos vulneráveis; - Identificar riscos e vulnerabilidades; - Avaliar os recursos disponíveis no setor saúde; - Avaliar a estrutura física e funcional das unidades de saúde; - Definir protocolos e sistemas de acompanhamento e controle de doenças; - Realizar ações de promoção à saúde e prevenção de agravos; - Realizar ações de educação em saúde; - Imunizar a população; - Manter os programas de rotina: Programa de Atenção Integral à Saúde da Criança (PAISC) e outros; - Aplicar protocolos de triagem e priorização de atendimentos; - Rede de Atenção Psicossocial (RAPS): veremos com detalhes adiante. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicar protocolos e sistemas de acompanhamento e controle de doenças; - Fornecer os primeiros socorros às vítimas (unidade estabilizadora); - Avaliar a situação de saúde local e armazenar e distribuir medicamentos e insumos; - Manejar doenças e agravos decorrentes de desastres - diarreia, doenças pulmonares, malária, infecções cutâneas, anemia; - Realizar ações de promoção à saúde e prevenção de agravos; - Imunizar a população; - Identificar casos de subnutrição e referenciar para o tratamento; - Rede de Atenção Psicossocial (RAPS): veremos com detalhes adiante. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicar protocolos e sistemas de acompanhamento e controle de doenças; - Considerar doenças crônicas: diabetes mellitus, hipertensão etc. - Manter os programas de rotina: Programa de Atenção Integral à Saúde do Idoso (PAISI) e outros; - Orientar a população; - Planejar ações preventivas de futuros agravos; - Acompanhar e avaliar a situação de saúde em conjunto com a Vigilância em Saúde (notificações); - Avaliar a estrutura física e funcional das unidades de saúde; - Rede de Atenção Psicossocial (RAPS): veremos com detalhes adiante.
	Urgência e Emergência (Média Complexidade) e Alta Complexidade	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicar protocolos de triagem e priorização de atendimentos, além de deslocamentos de pacientes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Manejar doenças e agravos decorrentes de desastres; - Realizar triagem; - Realizar regulação; - Definir protocolos básicos para procedimentos de tratamento, incluindo admissões e referência e contrarreferência. 	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar cirurgias para condições crônicas.

ÁREA	SERVIÇO DE SAÚDE	ANTES DO EVENTO	DURANTE O EVENTO	FASE PÓS-EVENTO
Vigilância em saúde (VS)		<ul style="list-style-type: none"> - Realizar o controle de qualidade sanitária de serviços e produtos destinados ao consumo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Gerenciar a redução dos riscos nos abrigos - controle higiênico-sanitário dos alimentos, água (inclusive doações), medicamentos, vacinas e estrutura física. 	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar o controle de qualidade sanitária de serviços e produtos destinados ao consumo; - Gerenciar a redução dos riscos nos abrigos - controle higiênico-sanitário dos alimentos, água (inclusive doações), medicamentos, vacinas e estrutura física.
		<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer o perfil epidemiológico da população - identificar os riscos para organizar ações da VE. 	<ul style="list-style-type: none"> - Detectar e controlar os surtos de doenças e agravos decorrentes de desastres; - Notificar óbitos - Declaração de Óbito (DO); - Implantar uma sala de situação para monitoramento diário do evento e seus agravos; - Analisar os dados do AVA-DAN - avaliação epidemiológica e definição de prioridades de atuação; - Fornecer informações para o COE-Saúde, para a regional e para o CIEVS ou estrutura equivalente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Detectar e controlar os surtos de doenças e agravos decorrentes de desastres - especialmente no caso de abrigos; - Fornecer informações para o COE-Saúde, para a regional e para o CIEVS ou estrutura equivalente.
		<ul style="list-style-type: none"> - Planejar ações voltadas para a proteção da saúde dos trabalhadores envolvidos nas atividades produtivas e da população exposta aos impactos ambientais e sociais decorrentes deles. 	<ul style="list-style-type: none"> - Executar/realizar ações voltadas para a proteção da saúde dos trabalhadores expostos a riscos decorrentes dos desastres, assim como dos trabalhadores envolvidos nas respostas às emergências. 	<ul style="list-style-type: none"> Executar/realizar e planejar ações voltadas para a proteção da saúde dos trabalhadores expostos a riscos decorrentes dos desastres, assim como dos trabalhadores envolvidos na reconstrução e reabilitação.

ÁREA	SERVIÇO DE SAÚDE	ANTES DO EVENTO	DURANTE O EVENTO	FASE PÓS-EVENTO
Vigilância em saúde (VS)		<ul style="list-style-type: none"> - Planejar ações para a redução da exposição da população em todas as etapas do processo de gestão de riscos de desastres naturais e tecnológicos; - Articular e acompanhar a previsão do tempo e ameaças de alertas junto à Defesa Civil; - Identificar ameaças, riscos e vulnerabilidades presentes no território; - Definir mecanismos e fluxos de comunicação com a população e com os demais setores do SUS; - Monitorar a qualidade da água para consumo humano; - Avaliar continuamente o perfil alimentar e nutricional da população, assim como seus fatores determinantes; - Levantar grupos vulneráveis e/ou em situação de insegurança alimentar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar ações para a redução da exposição da população aos riscos decorrentes de desastres naturais e tecnológicos; - Articular e acompanhar a previsão do tempo e ameaças de alertas junto à Defesa Civil; - Realizar inspeção sanitária dos sistemas de abastecimento de água e/ou soluções alternativas coletivas; - Monitorar a qualidade da água para consumo humano, especialmente no caso de necessidade de suprimento externo de água ou soluções alternativas coletivas; - Distribuir hipoclorito de sódio 2,5%; - Realizar ações educativas quanto ao manuseio e armazenamento adequado de água, limpeza e desinfecção de reservatórios e tratamento intradomiciliar por meio do uso do hipoclorito de sódio 2,5%; - Realizar barreiras sanitárias, em articulação com a Vigilância Sanitária e outros parceiros, para fiscalizar os veículos transportadores de água para consumo humano (ex.: carros-pipa); - Avaliar os dados epidemiológicos das doenças de transmissão hídrica em conjunto com os dados de qualidade da água para consumo humano (ver Portaria MS nº 2.914/2011 – artigo 44); - Atuar em conjunto com a VE e com a AB para detecção de agravos nutricionais na população afetada; - Realizar ações de intervenção adequadas para cada situação identificada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar ações para a redução da exposição da população aos riscos decorrentes de desastres naturais e tecnológicos; - Articular e acompanhar a previsão do tempo e ameaças de alertas junto à Defesa Civil; - Monitorar a qualidade da água para consumo humano, especialmente no caso de necessidade de suprimento externo de água ou soluções alternativas coletivas; - Distribuir hipoclorito de sódio 2,5%; - Realizar ações educativas quanto ao manuseio e armazenamento adequado de água, limpeza e desinfecção de reservatórios e tratamento intradomiciliar por meio do uso do hipoclorito de sódio 2,5%; - Realizar barreiras sanitárias, em articulação com a Vigilância Sanitária e outros parceiros, para fiscalizar os veículos transportadores de água para consumo humano (ex.: carros-pipa); - Avaliar os dados epidemiológicos das doenças de transmissão hídrica em conjunto com os dados de qualidade da água para consumo humano; - Atuar em conjunto com a VE e com a AB para detecção de agravos nutricionais na população afetada; - Realizar ações de intervenção adequadas para cada situação identificada.

The image features a stack of books, with the spines of several volumes visible. The entire scene is overlaid with a semi-transparent green filter. A white line graphic starts from the top right, moves diagonally down and left to a white dot, then continues diagonally down and left to a second white dot, and finally extends horizontally to the right edge of the frame. The word "BIBLIOGRAFIA" is centered in the lower half of the image in a bold, white, sans-serif font.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Subsídios para construção da política nacional de saúde ambiental**. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Programa de Qualificação de Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN)**. Área temática II - AISAN Prevenção e Operacionalização de Ações e Procedimentos Técnicos na Área de Saneamento. Unidade I - Ambiente e Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. v. 13 E-book. Disponível em:
<http://www.matogrossodosul.fiocruz.br/pesquisa/saude-dos-povos-indigenas/projetode-estruturacao-do-curso-de-qualificacao-e-capacitacao-para-agentes-indigenas-de-saude-ais-e-agentes-indigenas-de-saneamento-aisan>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Programa de Qualificação de Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN)**. Área temática II - AISAN Prevenção e Operacionalização de Ações e Procedimentos Técnicos na Área de Saneamento. Unidade II - Manejo das Águas, dos Esgostos e dos Resíduos Sólidos. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. v. 14 Ebook. Disponível em:
<http://www.matogrossodosul.fiocruz.br/pesquisa/saude-dos-povos-indigenas/projeto-de-estruturacao-do-curso-de-qualificacao-e-capacitacao-para-agentes-indigenas-de-saude-ais-e-agentes-indigenas-de-saneamento-aisan>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. **Saúde ambiental: guia básico para construção de indicadores**. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

DI BERNARDO, L.; DI BERNARDO DANTAS, A. **Métodos e Técnicas de Tratamento de Água**. 2. ed. São Carlos: RiMa, 2005.

DIAS, G. M. **Cidade sustentável: fundamentos legais, política urbana, meio ambiente, saneamento básico**. Natal: [s.n], 2009.
SOUZA, W. A. **Tratamento de água**. Natal: CEFET /RN, 2007. p. 149.

PAPINI, S. **Vigilância em Saúde Ambiental** - Uma Nova Área da Ecologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2012.

RADICCHI, A.L.A.; LEMOS, A.F. **Saúde ambiental**. Belo Horizonte: Nescon/UFMG, Coopmed, 2009. p76.

MATERIAL COMPLEMENTAR

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de controle de roedores**. - Brasília: Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde, 2002. 132p.: il.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Salta-Z: Oficina sobre a Solução Alternativa Coletiva Alternativa de Tratamento de Água no Pará**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=kChjtc0dYPk&t=132s>. Youtube, outubro de 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Qualidade da água para consumo humano: cartilha para promoção e proteção da saúde** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. - Brasília : Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Atuação (vídeo institucional)**. Disponível em <https://youtu.be/GKibAkeM6dl> Publicado em junho de 2020.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Territórios sustentáveis e saudáveis: experiências de saúde ambiental territorializadas** - marco teórico. 1. ed. - vol. 1 - Brasília : Funasa, 2021a. 139p. : il.

BRASIL. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório Anual. 2021b**. Disponível em <https://www.undp.org/pt/brazil/publications/relatorio-anual-2021>. Acesso em 17 de novembro de 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2022**. Rio de Janeiro : IBGE, 2022a.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos – Planares** [recurso eletrônico] . Brasília, DF; MMA, 2022b, 209 p. : il.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno temático do Programa Saúde na Escola: saúde ambiental** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Ministério da Educação. – Brasília : Ministério da Saúde, 2022b. 42 p. : il.

BRASIL. Ministério da Economia. **Lixão Zero**. Disponível em <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/agendaambientalurbana/lixao-zero>. Acesso em novembro de 2022.

CATTO, J. A. Segurança e saúde ocupacional: **A prevenção do ruído**. Espírito Santo: Instituto Federal do Espírito Santo, 2021. Disponível em: https://prodi.ifes.edu.br/images/stories/novembro-seguranca_saude_ruido.pdf

FREITAS, C.M. **Guia de preparação e respostas do setor saúde aos desastres**. – Rio de Janeiro, RJ : Fiocruz/Secretaria de Vigilância em Saúde, 2018. 159 p. : il.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **NOTA TÉCNICA 01: Incêndios Florestais no Pantanal 2020**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2020. Disponível em: https://agencia.fiocruz.br/sites/agencia.fiocruz.br/files/u34/nt_01_pantanal_final1.pdf

INSTITUTO TRATA BRASIL. **O que é Saneamento**. Trata Brasil: saneamento é saúde. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/o-que-e-saneamento/>. Acesso em 17 de novembro de 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano**. In: Anais Conferência das Nações

LEITURA OBRIGATÓRIA

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Atuação (vídeo institucional)**. Disponível em <https://youtu.be/GKibAkeM6dl>
Publicado em junho de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Qualidade da água para consumo humano: cartilha para promoção e proteção da saúde** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. – Brasília : Ministério da Saúde, 2018.

Centros de Informação e Assistência Toxicológica do Brasil-CIATox. <https://abracit.org.br/centros/>

Nações Unidas apoiam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>
UMTA inicia operações e Funasa fornece água potável em São Sebastião/SP.
<http://www.funasa.gov.br/>

Resolução nº 491, de 19 de novembro de 2018
https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51058895/doi-2018-



**SAÚDE COM
AGENTE**

**DISQUE
SAÚDE 136**

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
bvsmms.saude.gov.br



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

